



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2022

1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge – é uma Sociedade de Economia Mista, fundada em 1977, sob a forma de Sociedade Anônima, integrante da administração indireta do Estado de Minas Gerais, regida pela Lei Federal 13.303/16 e pelo Decreto Estadual 47.154/17.

Os propósitos da Prodemge estão explícitos em sua Missão, Visão e Valores, que ressaltam o caráter da Companhia como protagonista na transformação digital do Estado.

Missão: Prover o Estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

Visão: Ser referência no processo de transformação digital do Estado de Minas Gerais e consolidar-se como agente estratégico de TI na gestão pública.

Valores: Integridade, meritocracia, foco em resultados, inovação, transparência, diversidade e sustentabilidade.

2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Os órgãos estatutários e suas competências estão especificados no Estatuto Social. A administração da Prodemge é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é órgão de assessoramento à Assembleia Geral de Acionistas possuindo caráter consultivo e fiscalizador.

Fornecendo suporte ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário exerce funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente.

A Companhia conta também com a Auditoria Interna que atua na avaliação da conformidade dos agentes de governança às normas aplicáveis e na recomendação do aperfeiçoamento de controles, regras e procedimentos. A Prodemge contrata, mediante licitação, empresa de auditoria independente para avaliar suas demonstrações contábeis.

Em linha com as boas práticas de governança e atendendo às previsões legais, a Prodemge reformulou a Assessoria de Governança Corporativa, vinculada ao Diretor-Presidente, tornando-se responsável pelo planejamento estratégico, gerenciamento de riscos, processos e conformidade, além de centralizar todo o suporte às instâncias de governança, atendendo à Assembleia de Acionistas, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário, bem como a interlocução com órgãos de controle externo.

A Companhia também promove, anualmente, treinamentos relativos ao Código de Ética, Conduta e Integridade e à Política de Gestão de Riscos e Metodologia de Gerenciamento de Riscos aos administradores. Além dos administradores, foram treinados também os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário em legislação societária e de mercado de capitais, licitações e contratos, divulgação de informações e Lei Federal 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Os sistemas desenvolvidos pela Prodemge estão presentes na administração pública há 55 anos. Como empresa de inteligência de TI que detém a expertise nos negócios de secretarias e órgãos da administração pública do governo de Minas Gerais, a Companhia segue fortalecendo a cultura e as práticas ágeis e entregando valor, por meio da atuação de times cada vez mais focados nas necessidades dos clientes.

Os projetos e soluções desenvolvidos pela Prodemge ao longo do ano de 2022 permaneceram focados em maior eficiência e inovação para atendimento ao Estado e ao cidadão.

Visando oferecer aos clientes produtos e serviços inovadores em seus segmentos de negócios, a Prodemge conduziu estudos e pesquisas em novas tecnologias para evolução de seu portfólio de produtos e serviços. Em 2022 foram desenvolvidos novos serviços que serão acrescidos ao Catálogo de Serviços. A torre de serviços Nuvem Prodemge é um exemplo e que permite a entrega de cursos de TI sob demanda por meio da internet com pagamento conforme o uso. Outro serviço desenvolvido foi o Data Lake, que consiste em construir um repositório que armazena conjuntos grandes e variados de dados brutos em formato nativo para serem trabalhados por cientistas de dados ou acessados por ferramentas que permitem a análise e visualização de dados.

Sempre atenta a percepção dos clientes em relação à qualidade do serviço prestado, a Prodemge segue monitorando a satisfação de seus clientes por meio de pesquisa baseada na metodologia Net Promoter Score (NPS) e, além disso, esse ano foi implantada uma pesquisa de satisfação para todas as solicitações abertas por meio do Service Desk da Companhia, utilizando a metodologia Customer Satisfaction Score (CSAT), com o objetivo de auxiliar na identificação de possíveis pontos de melhoria no serviço oferecido aos clientes.

A seguir, são elencados os principais projetos e soluções desenvolvidas pela Prodemge em 2022:

• MG Florestas

Visando o controle da cadeia de carvão vegetal no Estado, de modo a fornecer mais elementos para proteger a vegetação nativa e ainda garantir mais confiabilidade à indústria mineira com certificações de sustentabilidade, a Prodemge entregou em 2021 a plataforma MG Florestas, projeto conjunto com o Instituto Estadual de Floresta (IEF) e as secretarias estaduais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e de Planejamento e Gestão (Seplan).

Ela é a primeira solução no Estado a fazer uso do blockchain. O trabalho desenvolvido emprega geoprocessamento e possui integrações com o SeIMG e o sistema de documentação de arcação estadual (DAE) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

No ano de 2022, a Prodemge fez a segunda entrega do projeto: o módulo Comunicação de Coleta, que automatiza o processo de comunicação de coleta de florestas plantadas com espécies exóticas para uso in natura; e o sub-módulo Coleta Interna, que permite os usuários internos realizarem ajustes administrativos decorrentes de coletas realizadas fora do sistema MG Florestas, de demandas judiciais ou outras situações supervenientes.

• MGapp

O MGapp é uma plataforma de atendimento aos cidadãos e empresas mineiras, disponível via navegador web através do Cidadão MG (cidadao.mg.gov.br) e por meio de aplicativos para dispositivos móveis, o que busca facilitar o acesso aos serviços públicos.

Ao centralizar, organizar, simplificar e facilitar o acesso do cidadão mineiro a diversos serviços públicos prestados pelos órgãos do Estado, o MGapp contribuiu com a transformação digital dos serviços públicos.

Gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), ele foi desenvolvido e implantado pela Prodemge em 2016. A partir de 2020, o modelo de desenvolvimento ágil, que prima pelo desenvolvimento incremental com entregas de alto valor agregado, adaptabilidade a mudanças, e cooperação entre times e clientes, vem sendo aplicado para desenvolver as evoluções constantes do aplicativo.

No ano de 2022, os seguintes serviços foram implementados no MGapp:

» Pré-registro de Certidão de Nascimento

» Consulta de resultado de exames de legislação e de reciclagem

» Solicitação de CNH definitiva, mudança de categoria e adição de categoria de CNH

» Emissão de Certidão Negativa de Propriedade de Veículo

» Consulta de entrega de Carteira de Identidade

» Consulta resultado de indicação do condutor infrator

» Impressão do Boletim de Ocorrência e Pesquisa de Satisfação PMMG

• Portal MG

Desenvolvido pela Prodemge, o Portal MG concentra, em um único local, informações detalhadas sobre os mais de 1.100 serviços prestados pelos órgãos da administração pública estadual a cidadãos, empresas e municípios mineiros. O objetivo é facilitar o acesso à informação de forma padronizada e organizada.

Por meio do Portal MG, é possível agendar horários de atendimento nas unidades de atendimento integrado (UAI), além de acessar endereços úteis e informações sobre a estrutura governamental. Ele ainda disponibiliza informações sobre programas sociais de interesse da população, como Transforma Minas, vagas de estágio e Pró-Brumadinho.

Em 2022, foi implantada uma nova versão do Portal, com melhorias de layout, usabilidade, acessibilidade, segurança, desempenho, além de funcionalidades para facilitar a gestão de conteúdo e integrações com sistemas.

O sucesso do trabalho realizado pela Prodemge pode ser comprovado pela nota 97,39, em uma escala até 100, que o novo Portal MG recebeu no Ases, sistema disponibilizado pelo governo federal para avaliar a qualidade e funcionalidade das ferramentas de acessibilidade dos sites de governo eletrônico.

• Agenda Minas

Solução simples e fácil para agendamentos dos serviços públicos para os cidadãos. Possui funcionalidades para gestão de unidades de atendimento, grades de horários e capacidade de atendimento, de modo a tornar o atendimento aos cidadãos mais eficiente, evitando filas e reduzindo custos operacionais.

Em 2022, a Prodemge implementou na solução a “Grade Extra”, que permite realizar a alteração de vagas no dia corrente. Seu principal benefício é possibilitar às unidades efetuar ajustes na grade de horário, seja para inclusões de vagas ou remanejamento do atendimento já programado, o que permite uma melhor gestão das cotas de atendimento.

Outra melhoria relevante realizada foi a integração com serviço de envio de SMS de alerta sobre os agendamentos realizados pelo cidadão.

• LigMinas e Fale Conosco

Solução de atendimento telefônico (central de atendimento 155) aos cidadãos para esclarecimento de dúvidas, sugestões e reclamações sobre os órgãos e serviços oferecidos pelo governo. Funciona como um help desk do cidadão, onde os chamados são tramitados entre os órgãos para que ele seja atendido da melhor maneira.

Em 2022, a Prodemge implantou a sincronização do LigMinas com o Portal MG (mg.gov.br) evitando duplicidade de informações. Outra melhoria foi a inclusão de uma funcionalidade que permite ao cidadão anexar arquivos ao abrir uma demanda nas ferramentas de Fale Conosco disponibilizadas pelos órgãos da administração pública em seus sites.

• Portal da Transparência

O Portal da Transparência é uma iniciativa do governo mineiro, sob gestão da Controladoria-Geral do Estado. Por meio dele, são disponibilizados dados e informações públicas de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tais como gastos/despesas, receitas/arrecadação, dívidas, remuneração dos servidores, e compras/prestados. Ele foi desenvolvido pela Prodemge, implantado em 2012 e passou por várias evoluções desde então.

O objetivo é ser uma ferramenta que permita ao cidadão conhecer, questionar e atuar como fiscal da aplicação de recursos públicos. O Portal tem um papel importante no combate à corrupção, ao induzir maior transparência e controle por parte dos gestores públicos ao divulgar suas ações para cidadãos, órgãos de controle, pesquisadores e mídia.

A entrega mais relevante de 2022 foi a implantação de consultas de informações referentes ao Acordo Judicial de Reparação do Vale, em que é possível conhecer os valores repassados ao Estado por meio do acordo firmado entre o Governo de Minas, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) com a Vale S.A., sob mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM). O cidadão pode fazer consultas por projeto previsto no acordo; por execução, em que são apresentados os gastos de cada projeto, contemplando nomes dos favorecidos e valores pagos; por município, que compreende o repasse de R\$ 1.498.250.000,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões e duzentas e cinquenta mil) para o fortalecimento dos serviços públicos e as melhorias de infraestrutura e de mobilidade nos municípios; e por receita, em que se visualiza os valores arrecadados em conta específica do Estado, bem como sua atualização monetária.

• Argos

O sistema Argos foi concebido pela Prodemge em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e a Advocacia-Geral do Estado (AGE). Ele integra bases de dados da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG), da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), da Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais (CRI-MG) e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), órgãos que firmaram acordos de cooperação com a AGE para troca de informações.

O objetivo do sistema é auxiliar e otimizar o processo de recuperação da dívida ativa do Estado de Minas Gerais e, com isso, incrementar a entrada de recursos aos cofres públicos mineiros. Suas funcionalidades automatizam processos e integram informações pulverizadas em vários sistemas, provendo os procuradores do Estado com informações necessárias para agilidade e assertividade no tratamento dos Processos Administrativos Tributários (PTA). Os dois módulos do Argos são:

» Monitoramento Patrimonial, que efetua consultas patrimoniais de bens dos contribuintes físicos e jurídicos a partir de integrações com bases de dados de veículos, imóveis, empresas, propriedades rurais e rebanhos. Isso permite a identificação de ativos para ajuzamentos nas execuções fiscais, garantindo maior probabilidade na recuperação do crédito tributário.

» Acompanhamento do crédito, que emite avisos referentes às movimentações dos PTAs que exigem a atuação do procurador para agilidade e assertividade dos processos.

Os Argos foi implantado no final de 2021 e, desde então, vem passando por evoluções constantes (atualmente, utilizando metodologia ágil). Em 2022 foram feitas as seguintes melhorias na pesquisa: a) para agregar informações relevantes, mais detalhadas e assertivas; integração com a Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg), o que possibilita visualizar atos e eventos da pessoa jurídica pesquisada; integração com a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), que permite validação do número do PTA pesquisado; e integração com a Central Eletrônica de Registro Imóveis de Minas Gerais (CRI-MG), para emissão de Certidão da Matrícula do imóvel pesquisado.

Apesar de ainda estar em estágio inicial de utilização (o piloto está sendo realizado com alguns procuradores de uma das dezessete unidades da entidade), a AGE afirma que os procuradores já conseguiram realizar pesquisas patrimoniais relevantes de carteiras estratégicas de devedores.

• Sistema para Solicitação de Certificados Emitidos pelo IMA

Foi disponibilizado um sistema para emissão on-line dos serviços de Registro de Granja Avícola Comercial, Registro de Estabelecimento Comercial de Agrotoxicos e Certificação de Produtos por meio do Portal IMA Digital. O projeto foi desenvolvido pela Prodemge, com a parceria da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). O novo sistema possibilita maior praticidade, economia de tempo e gastos para os usuários e o IMA. Ele facilita o acesso dos solicitantes à adequação das normas da legislação vigente, permitindo que o produtor ou estabelecimento se beneficie com a comprovação da qualidade de seu produto e o Estado tenha maior eficiência e rapidez no processo de fiscalização e certificação.

• Protocolo Digital Detran-MG

Iniciada em 2021, a solução Protocolo Digital, desenvolvida pela Prodemge para o Detran-MG, permitiu ao órgão tramitar processos e documentos de forma eletrônica. Os primeiros processos incluídos no Protocolo Digital em 2022 foram a alteração de dados da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a defesa de atuação de trânsito. Para o cidadão, a novidade facilita sua vida a dia, pois ele não precisa comparecer presencialmente a uma unidade de atendimento para solicitar serviços, e promove transparência, já que todas as etapas do processo podem ser acompanhadas por meio do portal do Detran-MG. O governo ganha agilidade e eficiência, além de redução de custos em papéis e simplificação da rotina diária para os prestadores de serviço do Detran-MG.

• Nova Carteira Nacional de Habilitação (CNH)

A Prodemge apoiou a implementação do novo modelo da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em Minas Gerais, que passou a ser emitido a partir de junho de 2022. A Companhia foi responsável pelo trabalho de adequação dos sistemas do Detran-MG para cumprimento das determinações do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Uma das mudanças é que o documento deve seguir o padrão internacional de categorias, o que significa que ele passa a ser aceito em todos os países que assinaram a Convenção de Viena, além daqueles que mantêm o princípio de reciprocidade com o Brasil. A nova CNH também apresenta padrões de segurança contra falsificações, como imagens secretas, hologramas e impressões reativas a luz ultravioleta, e passa a contar com um código igual ao dos passaportes, o que permitirá o embarque internacional nos aeroportos direto nos terminais de autoatendimento.

• Nova Carteira de Identidade

A Prodemge apoiou a Polícia Civil de Minas Gerais na implantação da carteira de identidade digital em todo o Estado mineiro, em cumprimento ao decreto federal nº 9.278/2018. Além de mudar o modelo padrão de expedição do RG nos estados, a legislação adicionou novos recursos para o combate às fraudes, bem como incluiu novos campos para comprovação de tipo sanguíneo, deficiências ou doenças crônicas e documentos oficiais, tais como o CPF e o NIS/NIT/PIS/Pasep.

• Novos Sistemas da PMMG

Além de trabalhar na evolução e atualização dos sistemas utilizados pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), a Prodemge implantou três novos sistemas para a corporação em 2022: Protocolo de Documentos – responsável pela gestão dos documentos físicos tramitados em todas as unidades da corporação. Seu objetivo é promover a gestão do que é enviado por meio de malotes, controlando data e hora de envio e recebimento, e os seus responsáveis.

Pedágio dos Militares – visa a calcular o tempo restante de serviço dos militares para que possam se reformar ou aposentar. Ele foi implantado para o atendimento da resolução conjunta PMMG/CBMMG nº 5.152/2021, que dispõe sobre a implementação das regras de transição para transferência de militares para a reserva remunerada.

Folha de Ponto do Servidor Civil – responsável pela gestão do ponto dos servidores civis da PMMG.

• Base Integrada de Segurança

O projeto Base Integrada de Segurança Pública (Bisp) é o primeiro projeto de Big Data desenvolvido pela Prodemge, sendo também um projeto estratégico para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). No ano de 2022, o projeto continuou em evolução, com o recebimento e a disponibilização de registros de admissão e movimentação de indivíduos privados de liberdade, suas ocorrências disciplinares nas unidades prisionais, sua localização física nessas unidades, o histórico das visitas recebidas e os registros de indivíduos sob monitoração eletrônica.

• Projeto Trilhas de Futuro

A solução construída e disponibilizada pela Prodemge para atender o projeto Trilhas de Futuro, da Secretaria de Estado de Educação (SEE), possibilita aos alunos e egressos do ensino médio das escolas públicas e privadas do Estado fazerem sua inscrição em vagas de cursos técnicos gratuitos de formação profissional. O objetivo final do projeto é aumentar a empregabilidade desses jovens.

Em 2022, a SEE realizou uma nova abertura do sistema, com 77 (setenta e sete) opções de cursos em 110 (cento e dez) municípios mineiros e o sistema recebeu com sucesso mais de 270 (duzentos e setenta) mil inscrições.

A SEE também promove o Trilhas de Futuro Educadores, um projeto com o mesmo viés do Trilhas de Futuro, mas cujo público-alvo são os servidores da Secretaria. A solução que atende esse projeto foi desenvolvida pela Prodemge e contempla toda a plataforma para gestão de instituições, cursos, vagas, recebimento e efetivação de inscrições dos educadores nas vagas oferecidas por

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINSOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores em Milhares de Reais)

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

2021

2022

curso de pós-graduação de diversas instituições de ensino do Estado. Entre maio e agosto de 2022, a solução recebeu mais de 14 (quatorze) mil inscrições.

• **Convocação e Contratação de Temporários na Educação**

Em 2022, a Prodemge evoluiu ainda mais o Sistema de Convocação e Contratação de profissionais temporários para diversos cargos no âmbito da Secretaria de Estado de Educação. O trabalho possibilitou que todo o processo de inscrição até aprovação dos candidatos fosse realizado on-line. Assim, com acesso ao cadastro das vagas e acompanhamento das inscrições recebidas, o órgão passou a ter mais autonomia na gestão das vagas oferecidas.

Os números mostram o crescimento na utilização do sistema. Em 2022, foram recebidas mais de 1,6 milhão de inscrições, o que corresponde a um crescimento de 100% em relação a 2021.

• Sigcon-Saída - Emendas Parlamentares 2022

O módulo Emendas Parlamentares integra o sistema Sigcon-Saída e permite aos parlamentares opinar e sugerir sobre a alocação dos recursos públicos. É uma ferramenta que o Poder Legislativo possui para participar da elaboração do orçamento anual, já que, por meio das emendas, os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando uma melhor alocação dos recursos públicos.

As principais funcionalidades do módulo são:

- Remanejamento dos Incisos - Indicação de Recursos
- Aprovação das indicações pelos órgãos e Segov
- Priorização das Indicações Impositivas
- Controle de Execução
- Caixa Escolar
- Transferência Especial
- Relatórios Gerenciais e Estratégicos de todo processo de Emendas.

O projeto Emendas Parlamentares foi trabalhado através do modelo ágil, constituído por quatro times, tendo sido concluído e entregue em 2022.

• Novo Portal do Servidor

Em 2022, a Prodemge desenvolveu e concluiu a nova versão do Portal do Servidor, cujo novo layout facilitou o acesso às informações e melhorou a usabilidade das solicitações de serviços. A tecnologia utilizada também permite a construção e a digitalização de novos serviços, de forma a contribuir na melhoria do relacionamento entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e os servidores públicos estaduais.

O Portal do Servidor apresenta como principais serviços a consulta do contracheque, contagem de tempo de aposentadoria, informe de rendimentos e agendamento de perícia médica.

• Inovação Aberta

Em 2022, a Prodemge iniciou o primeiro projeto de inovação aberta no Estado de MG com



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de reais, exceto outro modo indicado)

nerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.

b) O Imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes (contas de terrenos, edificações/instalações), deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na NE16, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

f) O resultado do exercício é apurado conforme o regime da competência, sendo que a receita, após a adoção do IFRS15/CPC47 é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente.

g) O reconhecimento dos processos judiciais é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.

h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados pelos seus respectivos valores de mercado, reconhecidos com base em índices contratuais até a data do balanço.

i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos, que apresentam as seguintes características:

• Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados pelos empregados.

• Plano de Benefício Definido e Salgado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros consistentes com os rendimentos de mercado e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.

• A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

j) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD aprovada pela Diretoria da Prodemge, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento e também dos serviços prestados (mas ainda não faturados) onde há incertezas quanto à sua regularização.

k) O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados anualmente com base no lucro real e com recolhimento mensal por estimativa.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2022	2021
Caixa e bancos	243	6.177
Aplicações Financeiras		
• Certificados de Depósitos Bancários CDB's	14.128	50.297
• Fundos de Investimentos	107.728	53.076
• Conta Poupança	361	340
Total	122.460	109.890

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's são referentes ao CDB Flex Empresarial da Caixa Econômica Federal e BB CDB DI do Banco do Brasil, com liquidez diária e são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022, após o registro contábil da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais conforme abaixo:

	2022	2021
Saldo Contábil		
Vencidos há mais de 3 anos (PECLD)		
Valor Líquido		
Valor Líquido		

Estado de Minas Gerais:

Administração Direta	71.983	(45.290)	26.693	17.945
Administração Indireta	1.071	(185)	886	1.491
Outros	10	-	10	179
Total Estado	73.064	(45.475)	27.589	19.615

Extra Estado

Prefeituras	558	(4)	554	524
Iniciativa Privada	12	-	12	21
Total Extra Estado	570	(4)	566	545
Total	73.634	(45.479)	28.155	20.160

A segregação da composição do Contas a Receber em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	2022	2021
A vencer	12.695	12.695
Até 30 dias:	7.243	7.243
De 31 até 60 dias:	1.170	1.170
De 61 até 90 dias:	2.494	2.494
De 91 até 120 dias:	2.024	2.024
Acima de 120 dias:	48.008	48.008
PECLD	(45.479)	(45.479)
Total	28.155	28.155

As provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos dados. Foram constituídas as provisões para os débitos vencidos há mais de 03 anos. Ocorreu também o registro de perda de R\$1.127, referente a faturas emitidas há mais de 10 anos. Abaixo segue a movimentação da PECLD em 31/12/2022:

Competência	Saldo inicial	Baixas/Reversões	Constituição	Saldo final
2012	(1.127)	-	-	-
2013	(4.181)	1.127	-	82
2014	(2.802)	1.282	-	(1.520)
2015	(21.237)	85	-	(21.152)
2016	(4.346)	238	-	(4.108)
2017	(4.756)	51	-	(4.706)
2018	(10.696)	1.819	-	(8.876)
2019	-	49	(985)	(936)
Total	(49.145)	4.651	(985)	(45.479)

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados no mês de dezembro que não foram faturados, mas que tem a emissão do documento fiscal no mesmo período estão contabilizados a título de Serviços Realizados a Faturar, com o saldo de R\$27.667.

7. ESTOQUE

O saldo demonstrado no grupo de estoques compreende o somatório dos materiais adquiridos com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas e está avaliado pelo custo médio de aquisição (R\$425).

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão representados conforme abaixo:

	2022	2021
IR/CSLL retidos na fonte	-	82
IRPJ/CSLL estimativas pagas a maior	1.370	-
Provisão IRRE aplicação financeira	585	553
Total	2.037	553

9. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza, na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. A utilização desses créditos acontece à medida que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém, em quase sua totalidade, de contratos com órgãos públicos. A medida que os recebimentos acontecem, os créditos são utilizados.

10. DEVEDORES DIVERSOS

Compreende adiantamentos a empregados, tais como férias, viagens, vale transporte e vale refeição.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Corresponde às despesas já pagas, a serem apropriadas mensalmente, à medida que as despesas ocorrem:

	2022	2021
Prêmios de seguros	30	47
Manutenção de sistemas	1.383	1.262
Assinaturas e anuidades	15	9
Total	1.428	1.318

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Depósito e bloqueio judicial trabalhista	7.584	7.101
Depósito judicial PIS/COFINS	1.619	941
Total	9.203	8.042

A Companhia possui depósitos recursais decorrente de processos judiciais, no montante de R\$7.584, sendo que o depósito mais relevante, refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, no valor de R\$4.748, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindados, representando alguns empregados. Os saldos dos depósitos recursais são atualizados pelo índice da poupança.

Quanto ao depósito judicial PIS/COFINS, no exercício de 2020, a empresa ingressou com um processo judicial na Justiça Federal da 1ª Região com o pedido de suspensão dos valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A partir da concessão de medida liminar em mandado de segurança, os valores referentes aos impostos discutidos vêm sendo depositados judicialmente.

13. FATURAMENTO PENDENTE

Está representado por valores decorrentes da prestação de serviços, cuja emissão do documento fiscal ainda não ocorreu. Em 31 de dezembro de 2022 a conta está composta da seguinte forma:

Saldo Contábil	PECLD	Saldo final	Saldo final
23.841	(15.998)	7.843	17.128

As provisões e perdas sobre os Serviços a Faturar foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise individual de cada pendência contratual com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Ocorreu também o registro de perda de R\$800, referente a serviços prestados há mais de 10 anos.

Competência	Saldo inicial	Baixas/Reversões	Constituição	Saldo final
2012	(800)	-	-	-
2013	(11)	4	-	(7)
2014	(781)	-	-	(781)
2015	(484)	21	-	(463)
2016	(1.882)	18	-	(1.864)
2017	(4.865)	343	(1.375)	(5.897)
2018	(1.822)	3.083	(5.223)	(3.798)
2019	(3.146)	4.591	(4.149)	(2.705)
2020	(485)	2	-	(482)
2021	(144)	-	(1)	(144)
Total	(14.255)	9.006	(10.748)	(15.998)

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Registrado créditos a receber oriundos de ressarcimentos de remunerações pagas a diretores e conselheiros nos anos de 2017 a 2019, no montante de R\$140. Segue abaixo detalhamento do fato: No exercício de 2020, a gestão atual da Companhia solicitou à Controladoria Geral do Estado - CGE uma auditoria nos autos recebidos pelos diretores e conselheiros no período de 2017 a 2019. A CGE emitiu Nota de Auditoria Nº5140.1831.19 decorrente do Processo de Auditoria Nº5140.152.07.0451.19, onde foram julgados os seguintes pontos:

- Aumento de 11,52% na remuneração dos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem aprovação da assembleia geral, no período de setembro de 2017 a junho de 2018, desrespeitando as

normas legais e regulamentos;

- Aumento concedido em agosto de 2018, retroativo ao mês de julho de 2018, pago aos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem autorização formal;

- Incorporação de reajuste sindical de 3,64% à remuneração dos membros da diretoria, sem aprovação pela assembleia geral a partir de setembro de 2018.

A CGE se posicionou pelo ressarcimento dos valores recebidos pelos antigos diretores e conselheiros à Companhia, tendo ajudado ações de responsabilidade civil contra os devedores em 29/10/2021. O montante recebido independentemente pelos diretores e conselheiros foi de R\$234, sendo que a Companhia já foi ressarcida em R\$111. O saldo ainda não regularizado é atualizado monetariamente pelo índice da poupança que em 31 de dezembro de 2022 soma o montante de R\$167.

15. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária na empresa Minas Gerais Participações S.A, que também é parte relacionada da Companhia, que corresponde a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

	2022	2021
Participação societária	312	312
Obra de arte	1	1
Total	313	313

16. IMOBILIZADO

	2022	2021
Custo corrigido e reavaliado	10.400	10.400
Depreciação acumulada	(2.647)	(2.647)
Líquido	7.753	7.753
Taxas anuais de depreciação	450	497
Instalações	447	953
Sistema de comunicação	79	79
Equipamentos processamento de dados	23.197	20.670
Material e equip. eletr.	352	262
Móveis e utensílios	248	242
Ferramentas	3	2
Veículos	33	32
Total	137.889	(102.689)

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2022 pode ser assim demonstrada:

	2021	Aquisições	Depreciação/Baixa	2022
	30.137	9.140	(7.077)	35.200

O Imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº. 1.292/10 e NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia considerou o método "valor em uso" como sendo o melhor método para avaliar o seu Ativo Imobilizado. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários ajustes.

As taxas de depreciação destacadas acima representam a vida útil dos equipamentos. Temos as exceções de 01 bem registrado em Material e Equipamento Elétrico e 26 servidores registrados em Equipamentos de processamento de dados - vida útil de 10 anos; e também do Mainframe, no grupo Equipamentos Processamento de Dados, que se trata de um equipamento de grande porte modelo Z14 fornecido pela IBM Brasil, Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., que possui ciclo de vida específico, conforme disponibilidade de suporte técnico ao equipamento - vida útil de 08 anos.

Permanece no Patrimônio Líquido o montante referente à Reserva de Reavaliação de R\$10.216, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações (vide NE 28.c). A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

17. INTANGÍVEL

	2022	2021
Custo corrigido	61.321	(56.616)
Amortização Acumulada	4.705	3.453
Líquido	56.616	53.163

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis ao prazo de 05 anos.

A movimentação do ativo intangível em 2022 pode ser assim demonstrada:

	2021	Aquisições	Amortização/baixa	2022
	3.453	2.841	(1.589)	4.705

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº. 1.292/10 e NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Não ocorreu a necessidade de ajustes em atendimento e observação das normas citadas.

18. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas com bens ou serviços adquiridos para a execução das atividades normais da Companhia, sendo integralmente registradas no Passivo Circulante (R\$12.308).

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2022	2021
PIS (a)	1.547	1.476
INSS (b)	2.527	2.396
COFINS (a)	7.143	6.811
Salários e Honorários a pagar	6.173	6.882
Participação nos lucros e resultados - PLR (c)	1.430	1.399
FGTS	1.096	1.035
Plano Previdencial Libertas (d)	2.706	2.526
Contribuições retidas na fonte	326	167
Total	22.948	22.692

a. A Companhia possui os regimes de incidências cumulativas e não cumulativas para apuração do PIS e da COFINS. Os créditos de PIS/COFINS (vide NE 09) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.

b. A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS retido sobre salários.

c. Decorrente do lucro no exercício de 2022, foi registrado a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR o montante de R\$1.430, atendendo à Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2022/2023, cláusula oitava.

d. O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidades BD e CD.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais estão compostas conforme segue:

	2022	2021
IRRF	3.982	3.064
ISSQN - Próprio	18	33
ISSQN retido	79	60
IRPJ/CSLL estimativa	-	1.127
IRPJ/CSLL diferidos s/ Res.Reavaliação	14	14
Parcelamento IRPJ/CSLL - 2017/2018 (a)	1.167	1.054
Total	5.260	5.352

a. Desde o exercício de 2020, a Companhia vem quitando regularmente o parcelamento de dívida tributária junto à Receita Federal referente ao IRPJ/CSLL dos exercícios de 2017 e 2018. O parcelamento inicial foi no montante de R\$4.991, para pagamento em 60 meses, com previsão de término em maio de 2025. Em 31/12/2022, a dívida está registrada no Circulante pelo valor de R\$1.167 e no Não Circulante pelo valor de R\$1.654.

21. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

Até o exercício de 2012, a Companhia oferecia o plano de benefício definido RP5 a seus empregados. Dos exercícios de 2012 a 2014, adotou uma estratégia previdencial, visto que o Plano Prodemge RP5 apresentava-se deficitário, que culminou com:

1) A criação do Plano ProdemgePrev, na modalidade de contribuição definida, em 01 de dezembro de 2012;



COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

CNPJ/MF n. 16.636.540/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Milhares de reais, exceto outro modo indicado)

montantes relevantes que justificam o aumento nas provisões. Possui também, um Passivo Contingente, no montante de R\$17.956, avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia como perda possível, classificados na Justiça do Trabalho, Comum e Federal, sendo o valor mais relevante relacionado a um processo na Justiça Comum, no valor de R\$17.609, movido pela empresa Telemar Norte Leste S/A, reivindicando pagamento de faturas com juros e correção relativas ao contrato da Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais. Este contrato está vinculado ao Decreto 45.006, de 09/01/2009, onde os pagamentos à operadora não são de responsabilidade da Prodemge. Esse processo foi classificado como perda possível por não ter ocorrido nenhuma decisão judicial sobre ele, estando em fase de perícia.

	2022	2021
Justiça do Trabalho	49	5
Justiça Comum	17.822	19.926
Justiça Federal	85	85
Total	17.956	20.016

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial
Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R1) Benefícios a Empregados, onde, para o exercício de 2022, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, não há reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (vide NE 26).

c) Reserva de reavaliação
A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (NE 16). É transferida para lucros/prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

	2022	2021
Reserva de Reavaliação de Terrenos	9.957	-
Reserva de Reavaliação de Edificações	286	-
Reserva de Reavaliação sobre Edificações	(40)	-
IR/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	14	-
Total	10.217	-

No exercício de 2022 foi realizado o valor de R\$40 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações e o valor de R\$14 referente ao IRPJ/CSLL diferidos.

d) Reserva legal
Constituída à razão de 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de retenção de lucros
Constituída após as deduções previstas por lei (reserva legal e dividendos).

A Administração propôs a constituição da reserva de retenção de lucros no valor de R\$19.472, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30/04/2023, com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento que constarão nos orçamentos futuros. Tais projetos de investimento, alinhados ao planejamento estratégico, contribuem para o desenvolvimento da Companhia que busca aprimorar a execução de seus serviços prestados, objetivando alcançar sua missão que é prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

Remuneração aos acionistas
Política de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pelos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição de dividendos observa os resultados e a condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras de mercado, oportunidades de investimento, além da manutenção e expansão de seus serviços. Diante do exposto, embora haja previsão no Estatuto da Social de distribuição mínima de 25%, foi proposto pela Companhia a distribuição no percentual de 50% tendo em vista a capacidade financeira e operacional da Companhia. A distribuição está demonstrada na NE22.

Destinação dos lucros
O lucro líquido do exercício apurado no balanço está distribuído conforme abaixo:

	2022	2021
Resultado Contábil	40.951	-
(-) Reserva Legal	(2.047)	-
(-) JCP	(7.378)	-
(-) Dividendos (Proposta 50%)	(12.074)	-
(-) Reserva de Retenção de Lucro	(19.452)	-

29. RECEITAS LÍQUIDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2022	2021
Receita bruta de prestação de serviços	336.406	315.167
Vendas canceladas	(1.089)	(1.054)
Impostos e contribuições incidentes s/prest.serviços	(47.115)	(43.739)
Total	288.202	270.374

A receita bruta de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida mensalmente no resultado pelo regime de competência, tendo como principais clientes os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais.

Impostos e contribuições incidentes sobre a sua prestação de serviços apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
ISSQN (2,5%)	8.552	7.802
PIS (0,65% e 1,65%)	4.186	3.888
COFINS (3,0% e 7,6%)	19.288	17.914
INSS Desoneração (4,5%)	15.089	14.135
Total	47.115	43.739

30. CUSTOS OPERACIONAIS

No exercício de 2022, a Companhia apresentou seus custos conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021	% variação
Pessoal	135.674	116.611	17%
Treinamento	-	3	-100%
Material	183	272	-33%
Manutenção Equipamentos	8.685	10.683	-19%
Manutenção Bens Instalações	293	20	1351%
Aluguel Equipamentos	765	839	-9%
Serviços Terceiros	16.006	7.990	100%
Licenciamento e Manutenção Software	21.247	17.111	24%
Utilidades e Custos Gerais	3.422	3.672	-7%
Depreciação/Amortização	8.025	7.420	8%
Total	194.300	164.171	18%

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais apresentou a seguinte composição:

	2022	2021	% variação
Pessoal	32.064	26.994	19%
Treinamento	119	122	-2%
Material	121	192	-37%
Manutenção Equipamentos	31	31	3%
Manutenção Bens Instalações	166	86	93%
Aluguel Equipamentos	13	10	27%
Serviços Terceiros	6.152	3.917	57%
Licenciamento e Manutenção Software	408	391	4%
Utilidades e Despesas Gerais	1.533	2.318	-34%
Depreciação/Amortização	176	290	-39%
Total	40.783	34.551	19%

32. PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

Foi constituída a PECLD no montante referente ao Contas a Receber e Faturamento Pendente, conforme notas explicativas 05 e 13, afetando o resultado do exercício de 2022 em R\$1.923.

Abaixo segue a movimentação:

	Contas a receber	Faturamento pendente	Total
Constituição	(985)	(10.748)	(11.733)
Reversão	3.524	8.205	11.729
Baixa por perda	1.127	800	1.927
Total	3.666	(1.743)	1.923

33. PERDAS SOBRE FATURAS

No exercício de 2022 ocorreram baixas de faturas emitidas e sobre serviços a faturar, ambos referentes ao exercício de 2012, no valor de R\$1.927, conforme determinado na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

34. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Outras receitas/despesas	-	-
Fundo sobra de resgate - Fundação Libertas	798	-
Dividendos e JCP	61	37
Recuperação de despesa - Convênio AGE	342	-
Prejuízo venda Ativo Imobilizado	(390)	-
Outras receitas	5	-
Venda folha pagamento	-	4.206
Total	816	4.243

Fundo de Sobra de Resgate refere-se a crédito da Prodemge, junto à Fundação Libertas, constituída pela soma das parcelas de cotas da Patrocinadora que não foram destinadas àqueles que fizeram a opção pelo resgate, por terem se desligado da empresa antes do prazo para obter tal direito. Este fundo foi utilizado na quitação da dívida com a Fundação Libertas (vide NE 21). Recuperação de despesa sobre o convênio AGE refere-se a um Convênio (CV-138/00) firmado entre a Prodemge e a Advocacia Geral do Estado - AGE no exercício de 2019, onde se estabeleceu parceria para o desenvolvimento de um projeto com atividades relativas ao "Monitoramento e recuperação inteligente da dívida ativa" para a AGE. Este convênio findou no exercício de 2022 e na prestação de contas, foi apurada uma recuperação de despesa no montante de R\$5342. Com relação ao prejuízo na venda de ativo imobilizado, a Companhia descontinuou os serviços de infraestrutura de sinal digital que eram prestados ao cliente Fundação TV Minas. Com o encerramento, os equipamentos utilizados nessa prestação de serviço foram vendidos para o cliente. Além disso, no exercício de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$61 a título de Dividendos e Juros sobre capital próprio, decorrente da participação acionária de 0,35% na empresa Minas Gerais Participações S.A (vide NE 15).

35. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras	-	-
Receitas Aplicação Financeira	12.131	3.262
Descontos Obtidos/Juros Recebidos	9	11
Varição Monetária Ativa	866	244
Total	13.006	3.517

Despesas Financeiras

	2022	2021
Multas	(3)	(21)
Correção Monetária	(1.252)	(1.977)
Juros	(983)	(1.262)
Total	(2.238)	(3.259)

36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício de 2022, a Companhia reconheceu, com base no lucro real, os montantes de R\$14.039, de provisão para o imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$5.213 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, totalizando R\$19.252.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		IMPOSTO DE RENDA	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes das adições/exclusões	52.825	57.501	47.612	50.854
Adições	23.681	34.220	28.894	40.867
Exclusões	(18.587)	(17.866)	(18.587)	(17.866)
Base de Cálculo	57.919	73.855	57.919	73.855
Incentivo PAT	-	-	(300)	(443)
Licença Maternidade/Paternidade	-	-	(117)	(158)
IRPJ/CSLL	5.213	6.647	14.039	17.839

37. PARTES RELACIONADAS**37.1) Ativo, Passivo e Resultado**

Natureza das operações com partes relacionadas:

a) Estado de Minas Gerais

a.1) Prestação de serviço de tecnologia da informação (NE 05, 06 e 13).

a.2) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG - conforme Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c, I), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

a.3) Contratação de serviço terceirizado com a Minas Gerais Participações SA - MGS. A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

a.4) Convênios de Cooperação Técnica relacionados à cessão de empregados firmados com os seguintes órgãos da administração direta do Estado de Minas Gerais: Advocacia Geral do Estado, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria Geral do Governo, Ouvidoria Geral do Estado e Controladoria Geral do Estado.

b) Fundação Libertas: Previdência complementar para os empregados e diretores da Companhia.

c) IEPHA: aluguel de imóvel, conforme NE 23.

d) DER: crédito referente a faturamento e recebimento, conforme NE 23.

Abaixo, segue posição em 31/12/2022 e 31/12/2021, nos grupos de Ativo, Passivo e Resultado:

	2022		2021		2022		2021	
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado		
Contas a receber								
Administração Direta	71.983	66.884	MGS	1.111	237	Direta e Indireta	317.389	297.928
(-)PECLD (Ad.Direta)	(45.290)	(48.938)	Fundação Libertas	-	18.032	Custos/Despesas		
Administração Indireta	1.071	1.513	Polícia Civil	837	-	Convênio func. cedidos	1.100	1.267
(-)PECLD (Ad.Indireta)	(185)	(22)	IEPHA	480	480	SEPLAG	(825)	(1.448)
Serviços a Faturar			DER	2.307	-	MGS	(5.167)	(3.933)
Administração Direta	45.178	50.861	Total do Passivo	4.826	19.211	Fundação Libertas	(1.600)	(3.092)
(-)PECLD (Ad.Direta)	(15.075)	(13.149)	IEPHA	-	(120)	Total do Resultado	310.897	290.602
Administração Indireta	3.620	4.497						
(-)PECLD (Ad.Indireta)	(733)	(767)						
Total do Ativo	60.569	60.879						

37.2) REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Pessoal-chave é composto pelos membros com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Os benefícios compreendem encargos previdenciários e sociais, plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida, dentre

com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar o fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Temos o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes.

Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis mencionadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

outros. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Diretoria Executiva	994	930
Remuneração	204	144
Benefícios	460	384
Conselho de Administração	226	225
Conselho Fiscal	154	144
Comitê de Auditoria Estatutária	2.038	1.827

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade ou uso exclusivo e de terceiros sob sua guarda por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

	Vr. Segurado
Edifícios	2.009
Equipamentos Processamento de Dados	17.880
Móveis, Utensílios e Ferramentas	513
Estoque	487
Bens de Terceiros	17.854
Certificação Digital	1.000
Veículo	Vr. de mercado

A Companhia contratou também serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, no limite máximo de garantia de R\$30.000, visando garantir indenização para as referidas pessoas, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por seus atos de gestão, no exercício de suas funções.

39. DIVULGAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que os dados operacionais e financeiros das atividades principais desempenhadas pela Companhia, em atendimento ao interesse coletivo, estão inseridos no Relatório da Administração, Itens 05 e 06.

40. EFEITO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Desde março de 2020, a Prodemge implantou uma série de ações e medidas alinhadas às diretrizes do Governo de Minas Gerais e às recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde – OMS, com o objetivo de preservar a saúde de seus empregados e colaboradores, além de manter a qualidade dos serviços prestados, minimizando os impactos da pandemia.

Com a implantação do regime de teletrabalho, a Companhia se beneficiou com a redução de alguns custos, como por exemplo, custo com materiais, mão de obra de terceirizados e aluguel do espaço utilizado na Cidade Administrativa.

Cabe mencionar que a Companhia continua avaliando os impactos que a COVID-19 pode trazer aos seus negócios, podendo adotar medidas conforme haja necessidade.

41. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

PRODEMGE DIGITAL PGs 01-03 pdf

Código do documento 7f9ea4f1-fa93-46a2-bb63-f560c998e5e7



Assinaturas



Breno Rafael da Cunha Silva
brenomarketing.da@gmail.com
Assinou

Breno Rafael da Cunha Silva

Eventos do documento

10 Mar 2023, 08:35:44

Documento 7f9ea4f1-fa93-46a2-bb63-f560c998e5e7 **criado** por NATHÁLIA BALLESTEROS (65044c84-6296-48b6-9ded-a8476975adc9). Email: da.marketing20@gmail.com. - DATE_ATOM: 2023-03-10T08:35:44-03:00

10 Mar 2023, 08:36:12

Assinaturas **iniciadas** por NATHÁLIA BALLESTEROS (65044c84-6296-48b6-9ded-a8476975adc9). Email: da.marketing20@gmail.com. - DATE_ATOM: 2023-03-10T08:36:12-03:00

10 Mar 2023, 08:37:42

BRENO RAFAEL DA CUNHA SILVA **Assinou** - Email: brenomarketing.da@gmail.com - IP: 187.108.49.11 (ip-187-108-49-11.isp.valenet.com.br porta: 14012) - **Geolocalização: -19.8705152 -43.892736** - Documento de identificação informado: 094.360.426-55 - DATE_ATOM: 2023-03-10T08:37:42-03:00

Hash do documento original

(SHA256): ce132bb0b8b49d9b042209d5988b906dbf249515b564f201beb88176975f4037
(SHA512): 53de89b328f24292a9d21cfd05184669def3edf105c37de5069b563772cfe46a6e6005124444849ccdf536134b15996f9bf939f8c0e179c7f99f41ec812bc808

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign